

PORTARIA Nº 0009/2024

Concede **Pensão por Morte - Art. 40 § 7º, inciso II, da CF/88, com redação da EC nº 41/03 [Servidor Ativo]**, ao(a) Sr(a). **WILLIS ROSA DA ROSA e BENJAMIN SCHLOSSER DA ROSA**, dependentes presumidos(as) do(a) servidor(a) ativo(a) falecido(a), **SONIA SCHLOSSER**, nos termos do **Artigo 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, do Artigo 2º, inciso II da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e do Artigo 34, inciso I da Lei Municipal nº 1.320, de 12 de novembro de 2001 c/c Artigo 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de Novembro de 2019.**

Allan Pyetro de Melo de Souza, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso pleno de suas atribuições estabelecidas pelo Artigo 72, da Lei Municipal Complementar n.º 235 de 22 de dezembro de 2016.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder, **Pensão por Morte - Art. 40 § 7º, inciso II, da CF/88, com redação da EC nº 41/03 [Servidor Ativo]**, conforme dispõe o **Artigo 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, do Artigo 2º, inciso II da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e do Artigo 34, inciso I da Lei Municipal nº 1.320, de 12 de novembro de 2001 c/c Artigo 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de Novembro de 2019**, ao(a) Sr(a). **WILLIS ROSA DA ROSA**, inscrito(a) no CPF nº 028.383.269-02 e portador (a) do RG nº 4.151.727 - SSP/SC e à **BENJAMIN SCHLOSSER DA ROSA**, inscrito(a) no CPF nº 000.921.069-51, dependentes presumidos(as) do(a) servidor(a) ativo(a) **SONIA SCHLOSSER**, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCACAO ESPECIAL, **Classe: DOC, Nível: 1, Letra/Referência: A, Carga Horária: 40 Horas**, falecido(a) em 26/01/2024.

Art. 2º - Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, correspondente a totalidade da remuneração de contribuição da servidora no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, posto que se encontrava em atividade na data do óbito (art. 2º, II da lei 10.887/2004).

§ 1º. A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º - Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso VI do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com retroagindo seus efeitos a contar de 26/01/2024, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça / SC, em 14 de Fevereiro de 2024

ALLAN PYETRO DE MELO DE SOUZA
Presidente
IPPA

Thiago Pedro da Rosa
Técnico Previdenciário
Matrícula 900049

RUA EMELINE MATILDES CRUSMANN SCHEIDT, 100 - CENTRO - PALHOÇA - CEP: 88 130-290
FONE:3286-5845/3286.5806 - CNPJ: 04.816.835/0001-75 - E-mail: ippa@ippa.sc.gov.br